

Governo manterá previsão de crescimento de 0,5% neste ano

Por Edna Simão | De Brasília

Mesmo com a expectativa de um crescimento econômico maior do que o projetado, a área econômica deve manter no relatório bimestral de receitas e despesas primárias, que será divulgado hoje, uma previsão de expansão do PIB de 0,5% para este ano. Cálculos iniciais de técnicos do governo já apontam para um aumento do PIB de 0,7%. Até o Banco Central (BC) elevou ontem sua previsão de 0,5% para 0,7%. A tendência, até à noite de ontem, era de que qualquer ajuste de estimativa do PIB seja feita apenas em novembro.

Segundo fonte ouvida pelo Valor, a área econômica deve anunciar hoje um descontingenciamento de recursos que pode superar R\$ 10 bilhões, o que vai impedir uma pane no funcionamento da máquina pública. Isso será possível porque foi derrubada liminar que impedia a realização do leilão das hidrelétricas da Cemig. Somente com essa

iniciativa, o governo espera arrecadar R\$ 11 bilhões.

O valor do descontingenciamento poderá superar R\$ 10 bilhões caso o governo consiga o aval da Controladoria-Geral da União (CGU) para incluir como receitas mais R\$ 4 bilhões em precatórios depositados na Caixa e Banco do Brasil. Ontem, essa possibilidade não estava garantida.

Sobre revisão de estimativa de recursos com o Refis, o governo considera que pode receber algo entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões. O prazo para adesão ao Refis termina dia 29 de setembro. A projeção inicial era de R\$ 13 bilhões, possível ajuste deve ficar para novembro.

Quando foi anunciado o aumento da meta de déficit fiscal para 2017 e 2018 para R\$ 159 bilhões, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que a medida viabilizaria a liberação de algo entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Memória afetiva

A romaria atrás do ministro Dyogo Oliveira (Planejamento) em busca de dinheiro é intensa. Ele recebeu, nesta semana, um representante dos estagiários que trabalham para o governo. Alegam que o valor atual da bolsa, de R\$ 520 por seis horas, é muito baixo e pedem aumento. O ministro, um ex-estagiário, ficou de pensar.

Governo quer elevar para até R\$ 14 bi verba do Orçamento

Estimativa inicial era de R\$ 10 bi, mas foi elevada após decisão sobre usinas da Cemig e saída para precatórios

MARIANA CARNEIRO
BRUNO BOGHOSSIAN
DE BRASÍLIA

O governo pretende ampliar para até R\$ 14 bilhões o valor que deve ser liberado no Orçamento no fim deste mês, em um esforço para desbloquear investimentos e custeio de serviços sociais.

Estão na fila de prioridades as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e os ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social.

O Planejamento vai anunciar os valores liberados nesta sexta-feira (22), na revisão bimestral do Orçamento.

A previsão inicial da equipe econômica era de que seria possível descongelar R\$ 10 bilhões, mas o governo conseguiu reverter entraves que criavam dúvidas sobre parte das receitas estimadas para este ano. Assim, a expectativa é liberar de R\$ 12 bilhões a R\$ 14 bilhões.

Para fechar a conta, o governo poderá incluir a receita da concessão de quatro usinas da Cemig, assegurados após o Superior Tribunal de Justiça derrubar uma liminar que impedia o leilão marcado para a próxima semana.

A estatal mineira de energia ainda negocia com a Uni-

ão para ficar com as usinas, mas a expectativa de receita deve permanecer a mesma (leia texto abaixo).

Outro ponto de incerteza contornado é o uso de precatórios —recursos de sentenças judiciais depositados em bancos estatais e não sacados há mais de dois anos. O Pla-

Cemig pede mais tempo antes de leilão

DE BRASÍLIA

A Cemig quer mais tempo para negociar com o governo a manutenção de três usinas hidrelétricas que pertenciam à estatal mineira e devem ser leiloadas pela União na próxima quarta-feira (27).

A empresa pretende pedir ao governo federal de sete a dez dias para apresentar uma nova proposta pelas usinas, com garantia do Citibank.

O plano é atender à expectativa do Tesouro de arrecadar R\$ 11 bilhões com o negócio.

A Cemig conta com a pressão sobre o governo dos políticos mineiros da base aliada de Michel Temer. Se não for atendida, não descarta recorrer ao STF —o que poderia levar ao adiamento ou à suspensão do leilão.

nejamento contava com R\$ 10,2 bilhões, mas cerca de R\$ 4 bilhões ainda não foram repassados ao Tesouro pelos bancos públicos, que alegam pendências jurídicas.

O plano original era solucionar o impasse com um parecer da AGU (Advocacia-Geral da União), mas nesta quinta-feira (21) técnicos do Ministério da Fazenda prepararam uma portaria para regulamentar a liberação dos depósitos por BB e Caixa.

Permanecem, ainda, dúvidas sobre o valor que o governo conseguirá arrecadar com o Refis —programa de refinanciamento de dívidas tributárias. A estimativa inicial era de uma receita de R\$ 13 bilhões, mas o número deve ser revisto para R\$ 8 bilhões.

A insegurança se deve ao atraso nas negociações das novas regras do programa. O presidente Michel Temer se reuniu com parlamentares aliados e a equipe econômica nesta quinta em busca de consenso sobre o texto que seria votado no Congresso.

Sem acordo, uma nova reunião ficou acertada para a próxima semana.

Os políticos propõem benefícios maiores, mas a Fazenda resiste a um acordo por considerar satisfatória a projeção de receita com o programa. Já foram arrecadados R\$ 5,5 bilhões até agosto.

O desbloqueio do Orçamento é necessário para garantir o funcionamento de serviços e investimentos do governo, que enfrenta dificuldades para fechar as contas.

Governo pressiona Tesouro para liberar até R\$ 15 bi do Orçamento

Contas públicas. Equipe econômica espera o ingresso de R\$ 5 bilhões em receitas com precatórios, para descontingenciar recursos para os ministérios; medida, que envolve pendências judiciais, depende da publicação, prevista para hoje, de uma portaria

Adriana Fernandes
Irany Teresa

Para abrir caminho a uma maior liberação de despesas, a Advocacia-Geral da União recomendou ao Tesouro Nacional que edite uma portaria para permitir o repasse de receitas com precatórios depositados na Caixa Econômica e no Banco do Brasil. Precatórios são pagamentos devidos pelo governo após condenações definitivas na Justiça.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a portaria poderia permitir um aumento na previsão de receitas, com ingresso de cerca de R\$ 5 bilhões no caixa da União, o que garantiria um desbloqueio de até R\$ 15 bilhões nas despesas do Orçamento deste ano. Até a noite de ontem, porém, a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, não havia assinado o documento, que precisa ser publicado hoje,

quando será enviado ao Congresso o 4.º relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento de 2017.

A equipe econômica trabalhava até ontem com cenários que variavam de um desbloqueio entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões. Mas o tamanho do descontingenciamento depende de uma solução para o impasse em torno da devolução desses precatórios. Legislação recente permitiu ao governo reaver os recursos não reclamados há mais de dois anos por quem ganhou a ação judicial. Acontece que parte desses precatórios está bloqueada, por motivos diversos, pela própria Justiça.

No último relatório, encaminhado em julho, o governo contou com a devolução de R\$ 10,2 bilhões de precatórios não sacados: R\$ 5,3 bilhões do Banco do Brasil e R\$ 4,897 bilhões da Caixa. Os presidentes dos dois bancos estiveram ontem em reuniões no Planalto, com a equipe econômica, para discutir o assunto. Nos bastidores, comenta-se que a relutância na devolução integral deve-se às incertezas em relação aos bloqueios judiciais.

A estratégia inicial do governo contava com a assinatura, pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, de um parecer favorável ao repasse, o que não ocorreu. Segundo fontes que acompanharam as negociações, a AGU alegou que o parecer só atingiria órgãos jurídicos do governo e não os bancos. Para isso, seria necessário um trâmite mais complexo e demorado. Grace e sua equipe passaram a tarefa para o Tesouro, recomendando a portaria, que teria efeito imediato, autorizando que os bancos oficiais fizessem a operação.

A secretária Ana Paula Vescovi, porém, também se mostrou reticente. Todos os ministérios foram afetados pelo corte de R\$ 45 bilhões nas despesas, o que elevou a pressão sobre o Tesouro. A liberação é necessária para dar um respiro aos ministérios que, em muitos casos, estão com a máquina praticamente paralisada por falta de recursos. Além disso, aliados de Michel Temer cobram esse alívio nas contas dos órgãos onde têm influência política – ainda mais num momento em que o presidente tenta barrar na Câmara dos Deputados a segunda denúncia contra ele.

Carta de desculpas

Banco Central reduz a projeção de inflação deste ano para 3,2%, mas economistas como Tony Volpon dizem que o custo de vida será menor. Se isso ocorrer, instituição terá que se explicar ao país

por Vicente Nunes /
vicentenunes.df@dabr.com.br

O Banco Central pode preparar o rascunho da carta de desculpas que será obrigado a pedir ao país por ter errado, para baixo, a projeção de inflação deste ano. Na avaliação de Tony Volpon, ex-diretor da instituição, a probabilidade de o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechar abaixo de 3% — o piso previsto em lei — aumentou muito. Ele projeta alta de 2,9%, ante os 3,2% estimados pela autoridade monetária. “A inflação está comportada até demais”, diz.

Com o IPCA tão baixo, Volpon, que hoje comanda o departamento de economia do banco suíço UBS, acredita que todos, BC, mercado, governo e políticos, encontraram o discurso ideal para que a taxa básica de juros (Selic) seja reduzida até 7%

ao ano, o nível mais baixo da história. Na visão dele, além de serem um patamar de segurança para a autoridade monetária, os juros de 7% dão argumentos de sobra para os defensores da política econômica de Michel Temer.

Volpon não descarta uma Selic inferior a 7%, como preveem algumas instituições financeiras. Mas, como a economia está dando sinais claros de recuperação, o melhor seria o BC não avançar tanto o sinal para não ser obrigado a ter que subir os juros no meio das eleições de 2018. Ele ressalta que, pelas projeções do mercado, com a Selic a 7%, a inflação se manterá baixa, aproximando-se do centro da meta, de 4,5%, em 2020. No início do ano, segundo as estimativas, o IPCA só se estabilizaria nesse nível com juros entre 8% e 9%.

Para o economista, uma conjunção de fatores explica a forte queda do IPCA: a retração dos alimentos, a recessão que desempregou milhões de pessoas, a mudança na condução da política fiscal e o conservadorismo do BC no manejo dos juros. Nesse contexto, é muito provável que a inflação continue surpreendendo

para baixo, a ponto de, quando dezembro chegar, o BC ter de rever novamente as suas estimativas. No relatório trimestral divulgado em junho, a instituição projetava alta de 3,8% no custo de vida. Agora, fala em 3,2%. “O BC vai errar de novo”, afirma.

Sem euforia

Volpon acredita que a retomada da economia é consistente. Tanto que prevê aumento de 3,1% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 ante a média de 2,2% do mercado — para este ano, prevê 0,7%, assim como o BC. O único risco para essa trajetória é a disputa à Presidência da República. Diante de um quadro eleitoral tão incerto, a probabilidade de um aventureiro assumir o comando do país é enorme. Se isso vier a acontecer, reformas importantes, como a da Previdência, serão abandonadas.

Os números mais recentes da economia endossam uma recuperação gradual da atividade. O emprego formal registrou, em agosto, o quinto mês consecutivo de alta. No acumulado do ano, foram abertos mais de 163 mil postos com carteira assinada e as contratações começam a se espriar. Não por acaso, a





Receita Federal registrou crescimento na arrecadação previdenciária. O destravamento do crédito está puxando a indústria automobilística, cujos efeitos multiplicadores são expressivos. A confiança de empresários e consumidores aponta para cima.

Não se trata de um quadro de euforia. Muito pelo contrário. É um momento de muita cautela, pois a economia está tentando se descolar da política. Qualquer evento extraordinário pode abortar todas as boas notícias. “O crescimento pode desapontar? Pode”, destaca Volpon. Esse, na opinião dele, seria um dos motivos para justificar o Banco Central a levar os juros para menos de 7%. “O meu cenário-base, no entanto, é de continuidade de melhora da economia”, enfatiza.

Corda no pescoço

No governo, o retorno de conversas de autoridades com agentes do mercado é de que a maior chance hoje é de a atividade surpreender para cima e a inflação, para baixo. É tudo o que o Palácio do Planalto quer para se contrapor à segunda denúncia de investigação contra Temer, que será avaliada pela Câmara dos Deputados. “Vamos defender o presidente com todas as forças, sempre ressaltando as conquistas na economia. Não podemos abrir mão do discurso de que o atual governo tirou o Brasil da maior recessão da história”, diz um ministro muito próximo a Temer.

Discretamente, o Palácio admite que o governo dará uma mãozinha para impulsionar a economia. Ao destravar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões do Orçamento, o que deve ser anunciado nesta sexta-feira, ampliará os gastos. Nos primeiros

seis meses do ano, o governo jogou contra o PIB em termos de consumo. “Agora que aumentamos a meta fiscal para um deficit de até R\$ 159 bilhões, vamos tirar a corda do pescoço. Sem extravagância, é claro”, afirma o mesmo ministro.

Caixa vazio

» A falta de dinheiro para o financiamento da casa própria está deixando os empregados da Caixa Econômica Federal em situação de alerta. Ele estão sendo obrigados a dizer não para a maior parte dos pedidos de crédito dos clientes.

Casa distante

» Para não dizer que parou de vez de financiar a casa própria, a Caixa orientou os funcionários a priorizarem as operações de menor valor. Com as novas regras, há cotas mensais para empréstimos. Acabou o dinheiro, só no mês que vem.